



UNIVERSIDADE UNIGRANRIO

ANE SUELEN DA CUNHA HUNGRIA

HELEN NEGREIROS AGUIAR

PATRÍCIA FERREIRA MENDES

**A PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS SEIS  
MESES DE VIDA**

NOVA IGUAÇU

2019

ANE SUELEN DA CUNHA HUNGRIA 4903794

HELEN NEGREIROS AGUIAR 4903774

PATRÍCIA FERREIRA MENDES 4903779

**A PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE  
VIDA**

Monografia apresentada em cumprimento à exigência da Graduação do curso de Nutrição da Universidade Unigranrio, como requisito obrigatório para a obtenção do título.

Orientadora: Profa. Luiza Berguinins Scancetti.

NOVA IGUAÇU

2019

ANE SUELEN DA CUNHA HUNGRIA 4903794

HELEN NEGREIROS AGUIAR 4903774

PATRÍCIA FERREIRA MENDES 4903779

## **A PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA**

Monografia apresentada em cumprimento à exigência da Graduação no curso de Nutrição da Universidade Unigranrio, como requisito obrigatório para a obtenção do título.

Data da Aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2019

---

Luiza Berguinins Scancetti.

NOVA IGUAÇU

2019

## **A PRÁTICA DO ALEITAMENTO MATERNO NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA.**

### **Resumo**

A Organização Mundial de Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida. O ato de amamentar promove um importante papel na saúde da mulher e do recém-nascido, inúmeros estudos publicados vem demonstrando os benefícios que esta prática confere à criança, sendo estes a longo e mesmo em curto prazo. Na vida de lactente o leite materno é tido como o padrão ouro em sua alimentação, promovendo a criança um desenvolvimento e crescimento adequado. Objetivo deste estudo é descrever a prática do aleitamento materno como alimentação exclusiva até aos seis meses de vida através da revisão da literatura. Conclui-se que amamentação é um processo natural e que o apoio que esta mulher tem da sociedade bem como da família é muito importante para o sucesso deste período de amamentação. Para tal, sucesso é necessário que se busque um maior entendimento sobre os fatores que estão vinculados a este aleitamento materno, bem como a identificação de grupos que são considerados com maior vulnerabilidade para esta prática, pois identificando-os é mais fácil trazer metas e ações para melhorar esta conscientização a este atendimento prestado à mulher e à criança.

**Palavras-chave:** Aleitamento materno exclusivo. Atenção básica à saúde. Amamentação.

**Abstract**

The World Health Organization recommends exclusive breastfeeding for the first six months of life. The act of breastfeeding promotes an important role in the health of women and newborns, numerous published studies have shown the benefits that this practice confers to the child, long and even short term. In the life of an infant, breast milk is considered the gold standard in its diet, promoting the child's proper development and growth. The aim of this study is to describe the practice of breastfeeding as exclusive feeding until 6 months of life through literature review. It is concluded that breastfeeding is a natural process and that this woman's support from society as well as family is very important for the success of this breastfeeding period. For this, success requires a greater understanding of the factors that are linked to this breastfeeding, as well as the identification of groups that are considered most vulnerable to this practice, because identifying them is easier to bring goals and actions. to improve this awareness of this care provided to women and children.

**Keywords:** Exclusive breastfeeding. Primary health care. Breast-feeding.

## SUMÁRIO

|                                      |           |
|--------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>                 | <b>4</b>  |
| <b>2. OBJETIVOS</b>                  | <b>6</b>  |
| 2.1 OBJETIVOS GERAIS                 | 6         |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS            | 6         |
| <b>3. METODOLOGIA</b>                | <b>7</b>  |
| <b>4. JUSTIFICATIVA</b>              | <b>8</b>  |
| <b>5. DESENVOLVIMENTO</b>            | <b>9</b>  |
| <b>6. DISCUSSÃO</b>                  | <b>13</b> |
| <b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>       | <b>21</b> |
| <b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> | <b>22</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O aleitamento materno tem um papel fundamental na defesa e promoção da saúde infantil no mundo. O poderio do leite humano no auxílio como protetor de enfermidades e como uma fonte de alimento essencial, estimula pesquisadores e especialistas em todo o mundo, a recomendarem a amamentação com exclusividade pelos primeiros meses de vida do lactente em até no mínimo, os 12 meses iniciais de vida. (ROCCI, FERNANDES, 2014; MENDES et al., 2019).

A falta de amamentação ou sua descontinuação nos primeiros meses também somados ao acréscimo de novos alimentos à dieta do bebê, nesse mesmo período inicial, são constantes, resultando em consequências substanciais para a saúde do lactante, como a suscetibilidade na presença de agentes nocivos e infecciosos, contato com diferentes ou estranhas proteínas, dano digestivo diante da assimilação de componentes nutritivos, entre outros (SALDAN, 2014).

Nas décadas anteriores, foram formulados pareceres distintos e variadas estratégias visando agregar efeitos positivos em várias campanhas para ampliar a preponderância da amamentação no país, enquanto os relatórios mais recentes apresentados pelas pesquisas nacionais mostraram um acréscimo nos indicadores de aleitamento materno nos últimos anos. (OLIVEIRA et.al, 2015).

A implantação do programa de humanização no pré-natal e nascimento foi uma proposta de mobilização criada pelo Ministério da Saúde no início dos anos 2000 que gerou um aumento nas taxas de aleitamento materno na assistência perinatal. Toda a mobilização caracterizava-se a qualificação e humanização da assistência como uma estratégia facilitadora da cobertura, do acesso e da qualidade do pré-natal no parto e puerpério. Nos anos seguintes foi iniciada a implantação da Rede Amamenta Brasil, com uma sistematização do aleitamento materno no parto e puerpério. (PAVANATTO; ALVES, 2014). Essa estratégia, que se apoiou no princípio da educação permanente em saúde que propõe uma revisão da atuação da equipe interdisciplinar na amamentação e uma mudança na visão desta prática entre os profissionais da Atenção Básica, pois esta investiria na capacitação dos profissionais de saúde, baseada no aconselhamento em amamentação, levando-se em consideração características socioculturais da mulher. Propõe ainda a respeitar as especificidades locais e regionais, a pactuação coletiva das ações prioritárias para a amamentação, desde o pré-natal até o seguimento ambulatorial (BUENO, 2014).

Contudo, a importância do aleitamento materno não pode ser reduzida por determinadas ações de saúde, visto que é apontada como uma prática social com representação por inúmeras circunstâncias, sejam elas atribuídas por ideologias distintas, contexto e aspecto social observado, período histórico e todas as influências culturais recebidas. (MARTINELLI, 2014)

É essencial ressaltar que incentivos voltados à promoção e conscientização do aleitamento materno são recomendações do Ministério da Saúde. De acordo com suas atribuições é esperado que o lactente, recém-nascido, seja alimentando apenas com leite materno (ou seja, sem uso de bebidas provenientes de sucos, chás, sucos, alimentos sólidos, água com exceção de medicamentos) isso dentre os seis primeiros meses de vida. No entanto, em uma pesquisa realizada e apresentada na II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno, ocorrida nas capitais dos estados e no distrito federal, foi constatado que a média no aleitamento materno presente nos estados foi de um período aproximado de 54 dias. (MARTINELLI, 2014; PAVANATTO; ALVES, 2014.)

## **2. OBJETIVO**

### **2.1 Objetivo Geral**

Descrever sobre a importância o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Descrever a importância do aleitamento materno;
- Benefícios do aleitamento materno, como alimento exclusivo até os 6 meses;
- Descrever os malefícios da substituição do aleitamento materno, por outro alimento antes dos seis meses de vida.

### 3. METODOLOGIA

O estudo consiste em um trabalho de revisão literária, com base bibliográfica em artigos científicos publicados no site *LILACS*, *SCIELO*, *PubMed*. Foram analisados os artigos aleitamento materno exclusivo. Atenção básica à saúde. Amamentação. Redigidos em português e inglês. Os critérios para inclusão dos artigos foram definidos como: estarem disponíveis eletronicamente; escritos em português e inglês; texto completo; autor; ano; volume; título; caracterização do texto em relação ao tema deste estudo; objetivos; metodologia; resultados e conclusão. Posteriormente, os artigos foram interpretados e as informações colhidas estruturadas no presente trabalho.

Será também confeccionado um banner e um folder sobre esta temática.

#### **4. JUSTIFICATIVA**

O leite materno é o alimento mais completo para um recém-nascido. O aleitamento materno é uma prática que contribui para a redução da morbimortalidade, especialmente por seus diversos benefícios físicos e mentais, entre os recém-nascidos de baixo peso e prematuros.

Dentre as principais vantagens do uso do leite humano nessa população estão a prevenção de infecções, auxílio na maturação gastrintestinal e proteção da retinopatia da prematuridade. Além disso, no desenvolvimento a médio e longo prazo, a amamentação apresenta até vantagens no desempenho cognitivo e na prevenção de problemas metabólicos e, consequentemente, na de doenças cardiovasculares na vida adulta. Portanto a importância de se preconizar a prática do aleitamento materno como fonte única de alimentação até aos seis meses de vida.

## 5. DESENVOLVIMENTO

Segundo o Fundo das Nações Unidas para infância (Unicef) dia que o ato de amamentar é considerada como uma das estratégia mais importante para a sobrevivência infantil, fala esta também apoiada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por outros órgãos que tem por missão proteger o bem estar infantil (DUCAN, 2014).

O leite materno fornece uma proteção à criança de possíveis infecções que são comuns e possui um papel muito importante na manutenção e defesa da saúde, e principalmente na redução do índice de mortalidade infantil. Diversas pesquisas apontam para uma tendência de menor prevalência abarcando todas as mortes de crianças abaixo de cinco anos em todo o mundo (ROCCI, E; FERNANDES, R. A. Q. (2014). Sendo que ainda cerca de 50% de todas as doenças respiratórias e 66% por diarreia, podem ser evitadas fazendo o uso do leite materno. (DUCAN,2014).

A recomendação sobre a relevância da exclusividade no aleitamento materno nos seis primeiros meses, que já tinha sido exclamada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Foi muito influenciada pelas diversas evidências científicas publicadas nos anos que precederam a recomendação, quando essas mesmas evidências já demonstravam variados benefícios para a saúde do recém-nascido e da mãe. (ROCCI; FERNANDES, 2014).

A contribuição por meio de uma iniciativa do Hospital Amigo da Criança (IHAC), desde o inicio da década de noventa, visa o estabelecimento e incremento da amamentação. Isso se reflete pela adoção do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno por uma abrangência cada vez maior de países. Certos avanços na legislação trabalhista internacional, registrados mais recentemente, têm contribuído para a proteção do aleitamento materno. Embora se tenha o entendimento de que a amamentação na sua maneira exclusiva é pouco praticada no mundo. (BRANDÃO; VENANCIO; GIUGLIANI, 2015)

A organização Mundial de Saúde (OMS) promoveu um debate envolvendo os benefícios da amamentação exclusiva até o sexto mês de vida da criança no início dos anos 2000, desde então houve uma recomendação pela instituição sobre as evidências da superioridade do leite humano na alimentação da criança e os benefícios trazidos com a prática. (SILVA, 2016)

No mesmo período ficou acordado também pela OMS, alguns parâmetros indicadores como: que o aleitamento materno exclusivo onde a bebê recebe com exclusividade somente leite materno, sendo este vindo de forma direta da mama ou em forma de ordenha (sendo que a

criança pode estar recebendo também neste período, vitaminas, medicamentos ou minerais), ficou também estabelecido o aleitamento materno prevalecente, onde o recém nascido recebe o leite materno, e também faz a ingestão de outros líquidos, como água, chá ou suco; Aleitamento materno complementado (criança recebendo leite materno e outros alimentos) há ainda o entendimento quando a criança recebe leite materno, somadas todas as outras formas citadas anteriormente. (AZEVEDO; ALVES; SOUZA, 2015; PRATES; SCHMALFUSS; LIPINSKI, 2015; BRANDÃO; VENANCIO; GIUGLIANI, 2015; MENDES et al., 2019).

Baseado nos dados apresentados pelo ministério da Saúde no início do século XXI, no Brasil, o tempo em média de aleitamento materno exclusivo é de aproximadamente pouco mais de um mês, em que pesem os avanços alcançados com o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno e medidas recentes, como o aprimoramento da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes em nosso país. (BARBOSA, 2016)

Nos países economicamente mais pobres, a amamentação demonstra notáveis diferenças nos padrões de morbi-mortalidade na infância, de modo preventivo à doenças carenciais e nos processos infecciosos ou como atenuante ao seu estágio patogênico, evitando óbitos de maneira prematura e possibilitando o desenvolvimento físico e mental em momentos cruciais da biologia humana, como os primeiros meses e anos de vida. (BOCCOLINI; CARVALHO; OLIVEIRA, 2015). Toda a amostragem representada pela amamentação é estendida por todo o ciclo vital, conferindo diminuição de riscos e gravidades que podem se apresentar tardiamente, como os problemas das doenças crônicas não transmissíveis, como o diabetes mellitus tipo 2, distúrbios cardiocirculatórios e suas complicações, sobrepeso/ obesidade, osteoartropatias e outras comorbidades próprias com ocorrências na vida adulta e da senescência. (BARBOSA, 2016).

A estratégia lançada pelo Ministério da Saúde na década passada, onde ocorreu a inserção e promoção ao aleitamento materno na atenção básica, tinha o objetivo baseado em uma revisão do processo de trabalho interdisciplinar utilizadas em unidades básicas de saúde, que tem um papel de promover apoio na educação permanente em saúde, conhecida como Rede Amamenta Brasil, com implantação nos municípios e estados. (BOCCOLINI; CARVALHO; OLIVEIRA, 2015).

Um aspecto com muita relevância a ser considerado na amamentação e na promoção na redução da morbidade e mortalidade infantil, sendo que estas iniciativas de promoção a esta ideia, juntamente com a proteção e apoio ao aleitamento materno, estão sendo realizadas em hospitais e juntamente na atenção básica, são ações que vêm sendo consideradas como de prioridade na Política Nacional de Saúde da Criança/ Aleitamento Materno (SOUZA, 2016). Além disso, a monitorização dos índices de prevalência de aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida do lactente representa uma das estratégias de avaliação do cuidado e bem estar da infância em nosso país. (SOUZA, 2016; FALSETT et al., 2019)

Há sempre incontáveis campanhas no objetivo de conscientizar sobre a relevância do aleitamento materno, o Ministério da Saúde através de uma dessas campanhas utilizou uma estratégia visando sensibilizar acerca do tema aleitamento materno. Empregando grupos, interdisciplinares e interministeriais, e também na divulgação da temática, com apoio recebido de pesquisadores e alguns veículos de literatura científica, com ações de capacitação de recursos humanos e financeiros, implantação de uma rotina de ações conjunta com revisão dentro dos serviços de saúde, desenvolvendo e consolidando a rede nacional de bancos de leite humano por meio da conscientização sobre a importância da doação de leite materno, entre outras atividades. (AMARAL et al., 2015; MENDES et al., 2019).

Todas estas ações possuem justificativas pela importância do aleitamento materno e sobre seus inúmeros efeitos benéficos, além de suas vantagens com a prática tanto para o binômio mãe-filho, bem como para toda uma sociedade (DE FARIAS; WISNIEWSKI, 2015). O leite materno supre todas as necessidades nutricionais do bebê, sendo necessária sua adequação nos primeiros seis meses de vida, o leite materno ainda irá proporcionar a criança um estado natural de desenvolvimento biopsicossocial, protegendo-a contra diversas infecções, problemas odontológicos, alergias e fonoaudiólogos, e ainda favorecendo o vínculo de afeto entre mãe e filho, acelerando para que ocorra a involução uterina, e também auxiliando a retardar nova gestação, reduzindo riscos de câncer de mama, além da economia financeira. (SILVA; GOETZ; SANTOS, 2017).

A Escuta cuidadosa bem como um acolhimento para mãe e o bebê, reflete de forma direta no sucesso da amamentação exclusiva até o sexto mês, pois este manejo adequado iniciando logo no início da vida da criança contribuirá com benefícios para saúde da mesma. O mesmo pode-se dizer de ações e campanhas de promoção do aleitamento

materno na atenção pré-natal também reflete no sucesso da prática de amamentar (RODRIGUES et al 2014, MENDES et al., 2019).

Percebe-se que as políticas e os programas para a promoção do aleitamento materno têm se apoiado na literatura especializada no sentido de incluir nas ações assistenciais prestadas às mulheres aspectos relacionados com o apoio psicológico e os socioculturais que podem interferir negativamente na duração da amamentação, principalmente para os recém-nascidos de baixo peso (BUENO, 2014; DE OLIVEIRA, 2015).

## 6. DISCUSSÃO

A recomendação para estruturar boas práticas na alimentação baseada na World Health organization, se faz necessária durante a infância para que se tenha garantia de uma melhor sobrevida a saúde das crianças, incluindo uma boa condição no estado nutricional, desenvolvimento e crescimento, entendendo o processo que envolve a ação do aleitamento materno, sendo uma das mais importantes práticas que promovem a saúde infantil, com resultados positivos durante toda a vida. (VIDUEDO et al, 2015).

Lamentavelmente mesmo diante de uma mobilização mundial intensa para estimular a amamentação de forma adequada até os seis meses de vida, o desmame precoce e a introdução inadequada da alimentação complementar ainda são práticas bem usuais em todo o mundo, não sendo uma realidade diferente daquela vivenciada no Brasil, pois um baixo índice de prevalência no aleitamento materno exclusivo tem sido atestado de modo propositivo nos dados que tratam da prática de amamentação. (DE FARIAS; WISNIEWSKI, 2015; LIMA et al, 2019).

De acordo com um trabalho a partir de uma avaliação sobre a intervenção qualitativa e quantitativa, envolvendo ações que são desenvolvidas por diversos profissionais da área da saúde na atenção básica, bem como sua participação nas atividades voltadas para grupos, com a presença das gestantes e mães. Foi observado uma prevalência entre grupos de mulheres com relação a amamentação, bem como a satisfação destas mulheres quanto ao ato de amamentar com a intervenção de profissionais da área da saúde. Chegando a uma conclusão que estas intervenções de grupo tiveram mais êxito quando esta orientação foi feita de modo individual, de modo especial nas áreas onde os profissionais trabalhavam de maneira conjunta e integrada, no mesmo espaço, criando um vínculo de ligação forte entre os participantes. Apontando que esta intervenção aumentou a prevalência de amamentação até duas semanas de vida em 6,8%. (BOCCOLINI; CARVALHO; OLIVEIRA, 2015).

A partir de uma pesquisa realizada em conjunto com diversos pesquisadores na última década, foi revelado que as atividades produzidas por um grupo de mulheres escocesas que propiciaram uma variedade de experiências entre outras mulheres assistidas, tinham o objetivo de intervir nas decisões delas de amamentar, também ofereciam as mesmas um lugar tranquilo e seguro para juntas praticarem a amamentação. Como conclusão se constatou que esta orientação individual teve influência direta no aumento da autoestima geral, promovendo um empoderamento das mulheres que fizeram parte desta observação em grupo. (SCHINCAGLIA et al, 2015; CAMPOS et al, 2015).

O ato de amamentar é uma questão essencial e bem particular, pois a compreensão desta prática, promovida pela uma organização da assistência à saúde, desencadeia um potencial transformador de mudanças que tem por reflexão sobre todo o processo de cuidado que a equipe de saúde tem para com a mãe e a gestante. (DE SÁ et al, 2019; CHÃ et al, 2016). Segundo os autores, que no modelo assistencial que esta vigente em nosso país, conta com uma distribuição do trabalho dentro dos serviços de saúde é concentrada é dimensionada a partir de um fluxo da assistência no trabalho médico e que estas atividades de grupo realizadas de forma interdisciplinares que envolvem muitos profissionais de saúde são pouco valorizadas. A conclusão deles diz que há um grande potencial no trabalho realizado por todos os profissionais de saúde, e que estes poderiam ser mais bem aproveitados para cuidados de forma direta com as gestantes, promovendo um aumento da capacidade de se resolver o problema e a melhoria dos serviços de forma a qualificar o processo de trabalho e a produção do cuidado e instrução quanto a amamentação. (RIBEIRO et al, 2018; MICCAS; BATISTA, 2014).

Diante de preocupações geradas por essas situações, algumas iniciativas vêm sendo desencadeadas de forma propositiva no Brasil com objetivo de reconstruir as práticas de saúde, promovendo debates sobre a importância do cuidado prestado em saúde, valorizando a escuta, promovendo um maior vínculo entre mãe e recém-nascido e trazendo a responsabilização na organização da assistência na atenção básica frente a esta temática. (MARTINS, VIEIRA, 2018).

Recentemente foi observado que os grupos de apoio à amamentação, para gestantes e mães, são espaços com atuação multidisciplinar, onde pode ocorrer a troca de experiências e vivências entre trabalhadores de saúde e gestantes e mães, gerando dispositivos benéficos na troca de escuta e de suas necessidades, resultando em uma melhoria no cuidado e maior integração com a rede básica de saúde. (PARK, RYU, 2017; ALVES, OLIVEIRA, RITO, 2018).

A partir de uma base de dados foram analisadas as tendências da prática da amamentação de acordo com área de moradia, podendo ser urbana ou rural, bem como de qual região do país a mãe pertencia, qual sua renda e sua escolaridade, observaram um aumento nos incrementos que ocorre em todos os níveis da população, obtendo melhores resultados para aqueles grupos que iniciaram o período com as menores frequências de amamentação, nas quais fossem crianças pertencentes à área urbana, pertencentes as das regiões Centro-Oeste e Sudeste, e crianças de maior renda e entre as crianças filhas de mães que possuem um maior nível escolaridade. Como resultado houve uma mudança nos índices observados sobre as frequências

da amamentação de acordo com renda e sua escolaridade, sendo que em meados da década de 70, a duração média do ato de amamentar era inversamente proporcional quando analisadas a renda e à escolaridade, níveis este que foram modificados nos final dos anos 80. (SPERANDIO, PRIORE, 2017).

Segundo o Ministério da Saúde, durante os exames e acompanhamento de pré-natal devem ser feitas algumas abordagens acerca do aleitamento materno, sendo estas ações decisivas para poder garantir um melhor exercício desse direito da mulher em poder amamentar o seu filho, promovendo ainda uma reflexão sobre a prática, oferecendo a esta mulher acolhimento e conhecimento acerca de seus direitos, bem como a preparação para o seu ato de amamentar. (XAVIER, NOBRE, AZEVEDO, 2015; YAMASHITA, SOUZA, 2016).

Desta forma a atenção à mulher e à criança dentro do puerpério deverá ser de modo efetivo e capaz, podendo intervir de forma precoce no acolhendo e dando sempre a oportunidade de escuta à esta mulher, quanto as suas queixas bem como as dificuldades do início desta prática, seus desejos e suas expectativas em relação a amamentação, bem como em qualquer outros aspectos da sua vida, proporcionando assim de forma integral a sua atenção que é considerada como atenção básica dentro dos programas de atenção à saúde da mulher e da criança oferecidos pelo governo, sendo que estas ações já é em sua grande maioria suficiente para auxiliar a mulher a vencer seus desafios e superar os obstáculos, devendo esta ser acompanhada de orientação de maneira adequada sobre as condutas dentro do período de lactação, e segundo a especificidade de cada caso. (VENANCIO, GIUGLIANI, SILVA, 2016; ALVES, OLIVEIRA, RITO, 2018).

Certas questões são indicadas como situações que favorecem com que a mulher deixe de amamentar como: Fissuras e problemas com mamilos doloridos, ingurgitamento mamário são problemas que podem interferir nesta continuidade na amamentação. (ALVES, OLIVEIRA, RITO, 2018; PEREIRA, VAZ, 2017). Evidenciando ainda que a técnica usada no processo de amamentação é muito importante, pois esta promove uma diminuição na dor e nos traumas mamilares, a adoção destas medidas como forma profilática pode ser adotada em todo o ciclo gravídico-puerperal, criando uma redução a estes problemas que são muito comuns e interferem no processo da amamentação como na dinâmica de sucção e extração do leite, situações que dificultam o processo do aleitamento materno. (SILVA et al, 2017).

Tendo em vista os fatores apresentados fica evidente que estas situações podem ser evitadas com uma rede de apoio a mãe principalmente nas primeiras semanas após o parto (ANDRADE et al, 2015). Pois é a fase mais delicada, sendo um período puerperal onde se

requer maior atenção e cuidados especiais por toda a equipe de saúde, que deve ceder uma boa orientação a todas as mães que irão iniciar o período de amamentação (ANDRADE et al, 2015).

Considerando que estas informações irão ajudar a mãe nesta prática, uma vez que para isso a mulher tem que ter vontade em fazer a amamentação é de extrema importância que ela esteja inserida em um ambiente favorável e que conte com apoio de familiares e dos profissionais de saúde (CORREA et al, 2017). Importante ressaltar também que há vários relatos de mulheres onde demonstram uma falta de preparo na orientação dos profissionais de saúde frente a intercorrências sofridas na hora da amamentação como dor e dificuldade em dar o peito que contribui para o abandono da amamentação. (CORREA et al, 2017; FALSETT et al., 2019). Além da ausência de sensibilidade por parte da equipe de saúde em acolher esta mulher dentro deste novo processo e decisão juntamente com a adaptação de amamentar, há uma falsa hipótese que o ato de amamentar para mulher é algo natural, indo além de um dever, sendo que é uma prática a ser aprendida, onde o apoio da parte do corpo clínico é muito importante lembrar que esta assistência faz diferença dentro do processo da amamentação. Já que a mulher não pode ser apenas reduzida a uma função de ser a nutridora, negando-se sua condição de ser humano envolvido no processo (BATISTA et al, 2017; MOIMAZ et al, 2017). Dado que é um processo de adaptação longo e delicado, que para algumas pode ser muito trabalhoso, pois vai muito além de ser apenas fornecimento de alimento. Trata-se da construção de uma nova identidade, se tornar mãe, ou a introdução de um novo ser humano dentro de um contexto familiar, que mudará a dinâmica familiar. (BATISTA et al, 2017).

Outra questão imposta à mulher também dentro deste contexto de atualidade, que a muitas mulheres tem a necessidade de trabalhar tem sido condicionante a uma condição de sobrevivência. (KALIL, AGUIAR, 2016). Um estudo feito pela pesquisa Nacional de Demografia e Saúde apontou indícios que cerca de mais da metade das mulheres em idade fértil se encontram inseridas dentro do mercado de trabalho. Porém, um número ainda maior não tem vínculo empregatício de forma legal, sem direitos trabalhistas, e sem benefícios como licença-maternidade, décimo-terceiro salário, férias remuneradas, entre outros (DA SILVA et al, 2019; MONTEIRO et al, 2017). Sendo que nesta pesquisa Nacional, as mulheres de menor escolaridade são as que são mais prejudicadas por esta situação, pois com relação licença maternidade interfere diretamente no estabelecimento do período de amamentação (DA SILVA et al, 2019).

Porém mesmo as mulheres que estão empregadas e que tem o abrigo da lei trabalhista, estas ainda enfrentam as mesmas dificuldades para fazerem valer os direitos trabalhistas, como mostra pesquisa realizada na Paraíba: apenas pouco mais das mulheres que estão empregadas de forma legal gozaram da licença após terem seus bebês, demonstrando uma dificuldade que também deve ser levada em conta. (UEMA et al, 2015; DA SILVA et al, 2019). Mesmo diante disso, há algumas mulheres que justificaram também por estarem empregadas não tem pretensão de amamentar pois ao retornar para seus trabalhos seria uma condição muito difícil em relação ao desmame da criança, que poderia causar um trauma maior na criança. (MACHADO et al, 2014).

Outro fato analisado foi em relação ao meio de condições destas mulheres, a influência que o meio que estão inseridas exerce sobre elas, a na introdução muito cedo de outros alimentos que não fosse o leite materno, o que em contextos urbanos sabidamente conduz à interrupção da amamentação (BOIANI, PAIM, FREITAS, 2018). Dado que algumas mulheres tomam suas decisões frente a interferências externas, a mulher toma decisões com base nas interações que mantém com o meio social (NARDI, 2016). Pois são dentro do seu ambiente de convivência que a maioria das mulheres busca o acolhimento as suas questões bem como respostas a tradições que é imposta por seu círculo de convivência, provêm do próprio gênero, ou seja, mães, sogras, irmãs, cunhadas e amigas (BOIANI, PAIM, FREITAS, 2018; NARDI, 2016).

Outra temática também ganha contornos importantes dentre as várias situações complexas para serem assumidas dentro de numa sociedade onde amamentar o filho é esperado. O fato da mulher se colocar numa condição onde ela não quer amamentar, não gosta ou não tem paciência para amamentar seu filho, dentro de um perfil que é esperado de uma mãe. (CAPUCHO et al, 2017). Pois esta mulher também tem seu direito de escolha e o ato de amamentar irá limitar e interferir de forma significativa na vida como um todo desta mulher, interferindo nos seus sentimentos, podendo ter a manifestação de alguns deles, como irritação, impaciência e raiva. (SOUZA, 2014).

Olhando dentro desta ótica também tem que se considerar que para algumas mulheres o ato de amamentar pode ser uma experiência ruim, se tornando um fardo, uma obrigação imposta pela sociedade, que cria uma ideia de por ser mulher tem-se a obrigação de amamentar, sendo que na atual sociedade a mulher hoje desempenha inúmeros papéis, não somente como mãe, gerando neste contexto alguns conflitos, com sentimentos de existência, vindo de encontro a sua identidade como pessoa ou individuo (SOUZA, 2014; FALSETT et al., 2019).

Há ainda alguns relatos de mulheres que por terem outros filhos juntamente com seus afazeres domésticos e seu papel já desempenhado como mãe, fazem a opção de oferecer outros alimentos aos lactantes para facilitar seu dia a dia, pois há um sobrepeso sobre estas mulheres com tantas demandas que são já impostas no seus dia a dia (CAPUCHO et al, 2017, MOTA et al., 2019).

A amamentação devida a seu grau de importância foi reconhecida e garantida por lei no artigo 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, foi realizado um inquérito nacional, onde foi obtido entre as capitais brasileiras e no Distrito Federal, um resultado preocupante, que a duração média do aleitamento materno foi de dez meses, sendo uma média de apenas 23 dias a duração da amamentação exclusiva (DE ANDRADE, 2014) .

Visto que o leite materno de forma exclusiva, do nascimento até os seis meses de vida, é a forma ideal de alimentação para o bebê (MARGOTTI, EPIFANIO, 2014). Além de a amamentação exclusiva ser um benefício para a criança, há um grande desafio a ser enfrentado que é a tentar reduzir a introdução de bicos artificiais nesse período, bem como as mamadeiras, mordedores e bicos, sendo que estes utensílios fazem parte de uma cultura que é passada de geração a geração que pode ocasionar um desmame precoce ou até mesmo levar a alteração nas habilidades motoras orais do recém-nascido e lactente, estes estarão intimamente ligados à alimentação, pois nesta fase há um desenvolvimento da tonicidade orofacial, e somente com a amamentação exclusiva até os primeiros seis meses de vida, se formam de maneira adequada, promovendo uma formação de um bom mecanismo de sucção, erupção e formação adequada dos dentes bem como sua oclusão, o ato de mastigar é feito de forma efetiva, articulação correta dos sons, entre outros aspectos (MOTA et al., 2019).

Diante disso tudo, ainda se vê que ainda estamos longe da meta preconizada por várias entidades, inclusive pelo Ministério da Saúde, de forma consequente há um desafio para os profissionais de saúde que acompanha e aconselha estas mulheres, continuar a preconizar que importância a amamentação independente das condições de vida e trabalho, vivenciadas por mulher no momento de amamentar, e que as suas experiências anteriores, influência cultural, compreensão da sociedade, juntamente com a aprovação ou não de membros de sua família, não tiram a importância comprovada cientificamente dos benefícios da amamentação (NUNES, 2015).

Os profissionais de saúde têm como uma tarefa um tanto quanto complexa, de estabelecer diálogos com estas mães logo nas primeiras horas pós-parto ou mesmo no acompanhamento gestacional, ouvindo desta futura mãe suas questões e expectativas quanto ao ato de amamentar, até mesmo sendo de forma muito realista colocando não somente os benefícios da amamentação, mais as dificuldades a serem enfrentadas neste percurso, pois para algumas pessoas, acreditam que a mulher já nasce com este ato de dar de mamar como algo intuitivo, porém para muitas há uma necessidade de se aprender ou aperfeiçoar nesta condição (SOUZA, 2014). Sim, se trata de uma experiência complexa, onde estarão envolvidos aspectos, hormonais, psicológicos, sociais e questões pessoais, onde cada mulher terá seu relato desta experiência que pode em alguns casos ser consideradas um enfrentamento de várias questões (MOTA et al., 2019).

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ato de amamentar é um processo natural, porém algumas mulheres enfrentam dificuldades durante este processo, levando a um possível desmame precoce. Por isso a presença do profissional de saúde juntamente com uma equipe multidisciplinar é de suma importância, pois irá fornecer a esta mãe informações e orientações desta da sua gestação até o momento aonde fato irá amamentar, estudos demonstram que esta orientação é eficaz e melhora o nível de conscientização da mulher sobre os benefícios da amamentação. É importante ressaltar também a importância da escuta para estas mulheres, tendo o profissional a tarefa de acolher as dúvidas bem como suas queixas oferecer esta ajuda a mãe é fundamental, pois ajudará no planejamento e tomada de decisões, fortalecendo as mães para poderem lidar com as pressões, aumentando assim sua autoestima bem como sua autoconfiança.

O amparo da família bem como da comunidade a mulher que esta em um período de amamentação é muito importante para sua continuidade bem como seu sucesso. Portanto o maior entendimento sobre os fatores que estão em associação ao aleitamento materno bem como identificação de grupos que são mais vulneráveis para esta prática é de suma importância para se obter maior sucesso nas ações bem como na qualificação do atendimento prestado à mulher e à criança.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. D. S., OLIVEIRA, M. I. C. D., & Rito, R. V. V. F. (2018). **Orientações sobre amamentação na atenção básica de saúde e associação com o aleitamento materno exclusivo.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 1077-1088.
- AMARAL, L. J. X., DOS SANTOS SALES, S., PINTO, D. P. D. S. R., CRUZ, G. K. P., DE AZEVEDO, I. C., & JÚNIOR, M. A. F. (2015). **Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrizes.** *Revista gaúcha de enfermagem*, 36, 127-134.
- ANDRADE, R. D., SANTOS, J. S., MAIA, M. A. C., & MELLO, D. F. D. (2015). **Fatores relacionados à saúde da mulher no puerpério e repercussões na saúde da criança.** *Esc. Anna Nery Rev. Enferm*, 19(1), 181-186.
- AZEVEDO, A. R. R., ALVES, V. H., SOUZA, R. D. M. P. D., RODRIGUES, D. P., BRANCO, M. B. L. R., & Cruz, A. F. D. N. D. (2015). **Clinical management of breastfeeding: knowledge of nurses.** *Escola Anna Nery*, 19(3), 439-445.
- BARBOSA, L. A. (2016). **Contato mãe-filho e amamentação na primeira hora de vida: avanços, desafios e influência da enfermagem.**
- BATISTA, M. R., VELEDA, A. A., COELHO, D. F., & CORDOVA, F. P. (2017). **Orientações de profissionais da saúde sobre aleitamento materno: o olhar das puérperas.** *Journal of Nursing and Health*, 7(1), 25-37.
- BOCCOLINI, C. S., CARVALHO, M. L. D., & OLIVEIRA, M. I. C. D. (2015). **Factors associated with exclusive breastfeeding in the first six months of life in Brazil: a systematic review.** *Revista de saude publica*, 49, 91.
- BOIANI, M. B., PAIM, J. S. L., & FREITAS, T. S. (2018). **Fatores associados a prática e a duração do aleitamento materno no Brasil contemporâneo.** *Investigação*, 17(3).
- BRANDÃO, D. S., VENANCIO, S. I., & GIUGLIANI, E. R. (2015). **Association between the Brazilian Breastfeeding Network implementation and breastfeeding indicators.** *Jornal de pediatria*, 91(2), 143-151.
- BUENO LGS, TERUYA KM. **Aconselhamento em amamentação e sua prática.** *J Pediatr (Rio J.)* 2014; 80(5 Suppl):S126-30.

- CAMPOS, A. M. D. S., CHAOUL, C. D. O., CARMONA, E. V., HIGA, R., & Vale, I. N. D. (2015). **Exclusive breastfeeding practices reported by mothers and the introduction of additional liquids**. Revista latino-americana de enfermagem, 23(2), 283-290.
- CAPUCHO, L. B., FORECHI, L., LIMA, R. D. C. D., MASSARONI, L., & PRIMO, C. C. (2017). **Fatores que interferem na amamentação exclusiva**. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research, 19(1), 108-113.
- CAVALCANTI, S. H., CAMINHA, M. D. F. C., FIGUEIROA, J. N., SERVA, V. M. S. B. D., CRUZ, R. D. S. B. L., LIRA, P. I. C. D., & BATISTA FILHO, M. (2015). **Fatores associados à prática do aleitamento materno exclusivo por pelo menos seis meses no estado de Pernambuco**. Revista Brasileira de Epidemiologia, 18, 208-219.
- CHÃ, N., MAZZETTO, F., FERREIRA, M., MARIN, M., & PINTO, A. (2016). **A prática da amamentação sob o olhar de quem amamenta**. CIAIQ2016, 2.
- CORREA, V. C., MUNIZ, R. C. B., COELHO, L. S. V., SIMIÃO, K. A., & dos Santos, S. D. L. G. (2017). **Estratégia amamenta alimenta brasil: estimulando o aleitamento materno e alimentação saudável em crianças de até 2 anos de idade**. Revista UNIPLAC, 5(1).
- DE ANDRADE, I. S. N. (2014). **Aleitamento materno e seus benefícios: primeiro passo para a promoção saúde**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 27(2), 149-150.
- DA SILVA, A. A., DA SILVA, J. K. F., FREITAS, R. F., DA COSTA, C. L., & DO CARMO LESSA, A. (2019). **Aleitamento materno e leis trabalhistas: estudo com trabalhadoras domésticas**. Revista Desenvolvimento Social, 22(3), 56-65.
- DE FARIAS, S. E., & WISNIEWSKI, D. (2015). **Aleitamento materno x desmame precoce**. Revista UNINGÁ Review, 22(1).
- DE OLIVEIRA MIC, CAMACHO LAB. **Impacto das Unidades Básicas de Saúde na duração do aleitamento materno exclusivo**. Rev Bras Epidemiol 2015; 5:41-51.
- DE SÁ, F. M. D. L., ALVES, V. H., RODRIGUES, D. P., GUERRA, J. V. V., PEREIRA, A. V., & BRANCO, M. B. L. R. (2019). **Imagens do ato de amamentar como cuidado em saúde: a percepção das próprias nutrizes**. Journal of Nursing and Health, 9(1).
- DUNCAN BB, SCHMIDT MI, GIUGLIANI ERJ. **Medicina ambulatorial: condutas de Atenção Primária baseada em evidências**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2014.

FALSETT, CAROLINA FERNANDES; SANTOS, INÊS MARIA MENESES DOS; VASCONCELLOS, ALINE MARTINS. **Rev. Pesqui.** (Univ. Fed. Estado Rio J., Online) ; 11(5): 1278-1285, out.-dez. 2019.

KALIL, I. R., & AGUIAR, A. C. D. (2016). **Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero.** Saúde em debate, 40, 208-223.

LIMA, D. M., & GUIMARÃES, C. M. (2014). **Amamentação Exclusiva: determinantes sócio-econômicos e emocionais.** Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde, 41, 139-149.

LIMA, A. P. E., CASTRAL, T. C., LEAL, L. P., JAVORSKI, M., SETTE, G. C. S., SCOCHI, C. G. S., & de VASCONCELOS, M. G. L. (2019). **Aleitamento materno exclusivo de prematuros e motivos para sua interrupção no primeiro mês pós-alta hospitalar.** Revista Gaúcha de Enfermagem, 40.

MACHADO, M. C. M., ASSIS, K. F., OLIVEIRA, F. D. C. C., RIBEIRO, A. Q., ARAÚJO, R. M. A., CURY, A. F.,... & FRANCESCHINI, S. D. C. C. (2014). **Determinantes do abandono do aleitamento materno exclusivo: fatores psicossociais.** Revista de Saúde Pública, 48(6), 985-994.

MARGOTTI, E., & EPIFANIO, M. (2014). **Aleitamento materno exclusivo e a Escala de Autoeficácia na Amamentação.** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, 15(5), 771-779.

MARTINELLI, Katrini Guidolini. **Adequação do processo da assistência pré-natal segundo os critérios do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento e Rede Cegonha.** CEP, v. 29040, p. 090, 2014.

MARTINS, G. F., & VIEIRA, L. G. (2018). **Práticas integrativas e complementares para o bem estar da gestante.** Revista Brasileira de Ciências da Vida, 6(Especial).

MENDES, SARA CAVALCANTI; LOBO, IANNA KAROLINA VÉRAS; SOUSA, SARAH QUEIROGA DE; VIANNA, RODRIGO PINHEIRO DE TOLEDO. **Ciênc. Saúde Colet** ; 24(5): 1821-1829, Mai. 2019.

MICCAS, F. L., & BATISTA, S. H. S. D. S. (2014). **Educação permanente em saúde: metassíntese**. Revista de Saúde Pública, 48, 170-185.

MOIMAZ, S. A. S., AMARAL, M. A., MIOTTO, A. M. M., COSTA, I. D. C. C., & GARBIN, C. A. S. (2017). **Análise qualitativa do aleitamento materno com o uso do software IRAMUTEQ**. Saúde e pesquisa, 9(3), 567-577.

MONTEIRO, F. R., BUCCINI, G. D. S., VENÂNCIO, S. I., & DA COSTA, T. H. (2017). **Influência da licença-maternidade sobre a amamentação exclusiva**. Jornal de Pediatria, 93(5), 475-481.

MÓTA, JOYCI LARISSA SOUSA; SOUZA, THÂMARA SILVA BEZERRA DE; SANTOS, NATHALIA PATRICIA ALMEIDA; SALES, TAYNA DOS SANTOS; SOUZA, NATALIA DOS SANTOS; SANTOS, RAQUEL BEZERRA DOS. **Rev. enferm. UFPE on line** ; 13(4): 1179-1182, abr. 2019.

NARDI, A. L. (2016). **Impacto dos aspectos institucionais no aleitamento materno e aleitamento materno exclusivo em mulheres trabalhadoras: uma revisão sistemática**.

NUNES, L. M. (2015). **Importância do aleitamento materno na atualidade**. Boletim científico de pediatria. Porto Alegre. Vol. 4, n. 3 (dez. 2015), p. 55-58.

OLIVEIRA, Juliana Martins et al. **Avaliação da alimentação complementar nos dois primeiros anos de vida: proposta de indicadores e de instrumento**. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, p. 377-394, 2015.

PAVANATTO, Anaê; ALVES, Luciane Maria Schmidt. Programa de humanização no pré natal e nascimento: indicadores e práticas das enfermeiras. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 4, n. 4, p. 761-770, 2014.

PARK, S. H., & RYU, S. (2017). **Effects of Breastfeeding Interventions on Breastfeeding Rates at 1, 3 and 6 Months Postpartum: A Systematic Review and Meta-Analysis**. Journal of Korean Academy of Nursing, 47(6), 713-730.

PEREIRA, C., & VAZ, M. (2017). **A importância do aleitamento materno exclusivo**.

PRATES, L. A., SCHMALFUSS, J. M., & LIPINSKI, J. M. (2015). **Rede de apoio social de puérperas na prática da amamentação**. Escola Anna Nery, 19(2), 310-315.

- RIBEIRO, G., LEITE, K., RODRIGUES, L., FERNANDA, M., DA GUIA, R., OLIVEIRA, S., & PRADO, B. G. (2018). **Aleitamento materno: o uso de instrumentos didáticos**. Mostra de Trabalhos do Curso de Nutrição do Univag, 2.
- RODRIGUES, B. C., PELLOSO, S. M., FRANÇA, L. C. R., ICHISATO, S. M. T., & HIGARASHI, I. H. (2014). **Aleitamento materno e desmame: um olhar sobre as vivências de mães enfermeiras**. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, 15(5), 832-841.
- ROCCI, E., & FERNANDES, R. A. Q. (2014). **Dificuldades no aleitamento materno e influência no desmame precoce**. Revista Brasileira de Enfermagem, 67(1), 22-27.
- SALDAN, Paula Chuproski et al. **Práticas de aleitamento materno de crianças menores de dois anos de idade com base em indicadores da Organização Mundial da Saúde**. Revista de Nutrição, v. 28, n. 4, p. 409-420, 2015.
- SANTOS, F. S., SANTOS, F. C. S., SANTOS, L. H. D., Leite, A. M., & Mello, D. F. D. (2015). **Aleitamento materno e proteção contra diarreia: revisão integrativa da literatura**. Einstein (São Paulo), 13(3), 435-440.
- SANTOS, F. C. S., CYRINO, A. C. T., SANTOS, F. S., NETO, M. S., & ABRAHÃO, F. N. A. (2014). **Atuação dos enfermeiros em unidades básicas de saúde amigas da amamentação**. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, 15(1), 70-77.
- SCHINCAGLIA, R. M., OLIVEIRA, A. C. D., SOUSA, L. M. D., & MARTINS, K. A. (2015). **Práticas alimentares e fatores associados à introdução precoce da alimentação complementar entre crianças menores de seis meses na região noroeste de Goiânia**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 24, 465-474.
- SILVA, M. A., DA ROCHA Pimentel, D., MARQUES, L. J. P., & DA SILVA Gonçalves, M. K. (2017). **Traumas mamilares durante o processo de amamentação: assistência de enfermagem na promoção de cuidados à saúde materno-infantil**. Revista Saúde-UNG-Ser, 10(1 ESP), 51.
- SILVA, K., GOETZ, E., & SANTOS, M. (2017). **Aleitamento Materno: Conhecimento das Gestantes Sobre a Importância da Amamentação na Estratégia de Saúde da Família**. Rev Brasileira de Ciências da Saúde, 21(2), 111-118.

SOUZA, C. R. D. (2014). **A não-amamentação pela mãe portadora do HIV positivo e o impacto no recém-nascido: uma revisão bibliográfica.**

SOUZA, D. S. D. (2016). **Curso Técnico no manejo do aleitamento materno em Unidade de saúde da família no município de Alfenas-Minas Gerais relato de experiência.**

SPERANDIO, N., & PRIORE, S. E. (2017). **Inquéritos antropométricos e alimentares na população brasileira: importante fonte de dados para o desenvolvimento de pesquisas.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 499-508.

TATSCH, C. G., & WICHMANN, F. M. A. (2018). **Problematizando a prática do aleitamento materno em gestantes atendidas em unidades de saúde.** *RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 12(73), 634-642

UEMA, R. T. B., DE SOUZA, S. N. D. H., DE MELLO, D. F., & CAPELLINI, V. K. (2015). **Prevalência e fatores associados ao aleitamento materno no Brasil entre os anos 1998 e 2013: revisão sistemática.** *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, 36(1Supl), 349-362.

VENANCIO, S. I., GIUGLIANI, E. R. J., Silva, O. L. D. O., STEFANELLO, J., Benicio, M. H. D. A., Reis, M. C. G. D., ... & Rios, G. S. (2016). **Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação.** *Cadernos de Saúde Pública*, 32, e00010315.

VIDUEDO, A. D. F. S., LEITE, J. R. D. C., MONTEIRO, J. C. D. S., REIS, M. C. G. D., & GOMES-SPONHOLZ, F. A. (2015). **Severe lactational mastitis: particularities from admission.** *Revista brasileira de enfermagem*, 68(6), 1116-1121.

. XAVIER, B. S., NOBRE, R. G., & AZEVEDO, D. V. D. (2015). **Amamentação: conhecimentos e experiências de gestantes.** *Nutrire Rev. Soc. Bras. Aliment. Nutr*, 40(3), 270-277.

YAMASHITA, L. T., & SOUZA, R. D. S. (2016). **Amamentação: conhecimento, prática e fatores associados ao desmame precoce.**